

A TRADIÇÃO ATENIENSE E SEUS SABUJOS

Flávio Reis

Há pouco mais de duas décadas, em 2001, um pequeno livro causava um rebulição na historiografia maranhense, *A Fundação Francesa de São Luís e Seus Mitos*, da professora Maria de Lourdes Lauande Lacroix. Nos anos seguintes, um intenso debate tomou corpo através dos jornais, principalmente no Caderno Alternativo, de O Estado do Maranhão. Livro provocante, de escrita enxuta e direta, trazia uma percepção diferente para uma questão que, de maneira descontínua, perpassou a memória da cidade no século XX: a fundação francesa de São Luís. O debate se arrastou por quase uma década e se ouviu todo tipo de simplismo e sandice para afirmar aquilo que a professora chamou de mito fundador.

Aquele era ainda um tempo em que os debates se faziam pelos jornais. Hoje, com o desenvolvimento da internet e das redes sociais, tudo se modificou muito e os grupos de aplicativos de mensagens são uma forma nova de circulação de ideias e debates. São grupos privados, mas seus integrantes muitas vezes esquecem que não estão numa antiga sala de estar, onde se falava mal dos outros, distorcia a realidade e dava vazão a seus delírios de grandeza pessoal em recintos fechados, o que não impedia os fuxicos e eventuais desavenças. Hoje, nos novos espaços virtuais, as declarações e mensagens ficam gravadas e circulam para além do grupo. É neste contexto que novas sandices são propaladas de forma totalmente agressiva e irresponsável, ditas sem nenhuma base histórica.

É o que ocorreu recentemente num grupo voltado para discussões sobre a cidade de São Luís, onde o sr. Antonio Norberto, que deve se considerar um pesquisador e grande estudioso em defesa das tradições e glória da Atenas Brasileira, saiu com essa pérola do desvario e da torpeza, que transcrevo:

“O posicionamento de Lurdinha Lacroix advém de seu sobrenome. A questão foi importada do Canadá para cá. A origem é o tratado de Paris de 1763, quando a França perdeu a Guerra e depôs as armas. Com a assinatura do Tratado, quando entregou as suas colônias do Norte, especialmente as do Canadá, os franco-canadenses se sentiram abandonados pela pátria e passaram a praguejar a França. Quando ela casou com o ex-padre Gilles Lacroix ela ‘comprou a briga do Canadá’ contra a França e os Franceses”.

Quanta deturpação, invencionice delirante e infâmia gratuita condensadas em um só parágrafo! Em tempos de propagação de todo tipo de notícias falsas e teorias da conspiração para explicar a história, essa é a forma que a torpeza intelectual, destituída das armas da crítica, utiliza para atacar o que sequer conseguiu entender. Movido pela indignação, volto a recuperar os termos em que o debate se desenvolveu, com a ilusão de que os integrantes deste grupo devotado às glórias do passado ateniense e à louvação da cidade de São Luís, encontrem elementos de reflexão para além dos delírios narcisistas. De início, é bom registrar que Gilles Lacroix, sociólogo e professor aposentado da UFMA, falecido em 2017, era do Québec, província de colonização francesa, extremamente ciosa de suas origens, onde a língua oficial é o francês e que organizou uma grande festa em 2008 para saudar os 400 anos da fundação da cidade por Samuel de Champlain. Nunca se ouviu falar que seus habitantes “praguejem” contra a França e os franceses...

Saindo do campo dos delírios típicos das teorias da conspiração, que ganham corpo nas redes de comunicação virtual, e caindo na vida real, lembro que no ano de 2000, em meio às comemorações dos 500 anos do “Descobrimento do Brasil”, a professora Maria de Lourdes foi contactada pela rádio e televisão estatal francesa, em elaboração de um documentário sobre a presença gaulesa no processo de colonização do Brasil. Muito provavelmente, ela estava no rol dos entrevistados pela sua fluência na língua francesa, pois até então tinha publicado apenas o trabalho de mestrado sobre educação na Baixada Maranhense no período imperial, nunca tinha escrito nada sobre São Luís e seu interesse de leitura estava nos inícios da então chamada Idade Contemporânea, cujos marcos eram a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. De cara, no entanto, ela logo adiantou que os franceses não haviam deixado marcas deste período, nem na arquitetura ou no traçado urbano, nem nos costumes, para estranhamento dos interlocutores.

Começou, então, a ler os autores clássicos como forma de preparação para a entrevista e percebeu, para sua surpresa, que eles não falavam em fundação da cidade por La Ravardière, mas por Jerônimo de Albuquerque, por determinação da Corte de Madri (era o período da unificação das Coroas ibéricas), estipulada no Regimento deixado por Alexandre de Moura, após a expulsão dos franceses. Escreve Berredo: “Logo que o General Alexandre de Moura saiu da baía do Maranhão, aplicou Jerônimo de Albuquerque o principal cuidado à útil fundação de uma cidade naquele mesmo sítio, obra de que também se achava encarregado por disposições da corte de Madri...” (Anais Históricos do Estado do Maranhão, p. 116).

Esta interpretação, comum entre os cronistas portugueses dos séculos XVII e XVIII, é encontrada também em César Marques, que em seu conhecido *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, publicado em 1870, escreve: “Jerônimo de Albuquerque, inteiramente senhor de suas ações e livre dos cuidados inerentes à guerra, aplicou-se à fundação da cidade, hoje de São Luís, como lhe fora recomendo pela corte de Madri” (p. 445). Frise-se que César Marques fez a tradução do livro de Claude D’Abbeville.

No início do século XX, o historiador e professor Barbosa de Godois, num dos primeiros compêndios de História do Maranhão, mantém o mesmo entendimento: “De posse do governo do Maranhão, Jerônimo de Albuquerque, cumprindo as ordens que recebeu da Corte de Madri, tratou com solícitude da fundação da cidade, dando o nome de São Luiz.” (História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal. Tomo I. São Luiz: Typografia de Ramos d’Almeida & Cia, 1904, p. 114. Existe edição recente da AML).

De maneira arguta, o que a professora Maria de Lourdes mostrava era a existência de uma rotação na forma de entender a questão da fundação da cidade, utilizando um arco que vai de Berredo, no século XVIII, passa por Cesar Marques, no século XIX, e chega a Barbosa de Godois, no início do século XX. Feita a constatação, indicou que essa alteração parecia ter relação com a discussão sobre identidade regional que se colocou a partir do final do século XIX, quando o epíteto Atenas Brasileira, empregado (e contestado por alguns espíritos críticos) desde meados daquele século, seria utilizado por círculos de jovens intelectuais como marca de nossa singularidade, à qual se somaria a mitificação da fundação francesa.

Neste momento, ela ainda não tinha localizado Ribeiro do Amaral e o livro que seria o marco maior da virada na interpretação historiográfica, sugestivamente intitulado *Fundação do Maranhão*. Este passo seria dado na segunda edição do livro, em 2002, quando agregou ao texto original um novo ensaio, intitulado A Criação de um Mito. O que havia sido intuído de forma perspicaz, confirmava-se com o livro de Ribeiro do Amaral publicado em 1912, ano em que foi organizada a primeira comemoração do aniversário da cidade na data de 8 de setembro, já como festa dos 300 anos da fundação. Neste ensaio, a professora dá um passo importante em sua pesquisa, não só estabelecendo como balizas fundamentais desta nova interpretação os trabalhos de Ribeiro do Amaral (1912) e de Mário Meireles (*França Equinocial*, publicado em 1962, comemorações dos “350 anos”), como localizando algumas contestações à ideia de fundação francesa,

vindas de membros do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, como José Moreira, em artigos publicados em 1981 (O Estado do Maranhão, 16 de fevereiro) e 1983 (O Imparcial, 17 de abril, coluna História da nossa História) e Olavo Correia Lima, em 1993, com o artigo Duas Controvérsias Científicas (Revista do IHGM, v. 16).

A questão, então, ganhou contornos mais nítidos. Houve uma leitura, feita a partir do livro de Ribeiro do Amaral, membro do grupo dos Novos Ateniense e presidente da Academia Maranhense de Letras, em que a missa rezada pelos padres capuchinhos em 8 de setembro de 1612, uma cerimônia de tomada de posse da terra, que eles utilizaram em outros pontos do Brasil, transforma-se no “verdadeiro auto de fundação da cidade”, nas palavras do autor. É disso que se trata, um novo significado é atribuído a este ato, que ganha a partir daí o sentido simbólico de marco da fundação da cidade e a questão passa a ser o que movia tal operação.

O problema é pensado dentro de um quadro cultural mais amplo, que diz respeito ao momento, o clima que se respirava da França como a grande expressão da *belle époque*, o momento de profusão da criação de símbolos (como nos ensinou um de seus autores preferidos quando ministrava aulas de História Contemporânea na UFMA, o inglês Eric Hobsbawm, no clássico *A Invenção das Tradições*) e, principalmente, a construção da identidade regional pautada no binômio Atenas Brasileira / Fundação Francesa, o que foi chamado por ela de “ideologia da singularidade”. Neste período, os paulistas assentavam sua identidade na figura do bandeirante e o Rio de Janeiro construía a imagem da cidade maravilhosa. Na verdade, seus críticos sequer perceberam que a questão levantada dizia respeito à construção mítica que se efetivou entre o final do século XIX e início do século XX, e ficaram perdidos no século XVII, repetindo tudo o que, desde Berredo, todos estes historiadores conheciam. E, com o livro de Claude D’Abbeville em punho, vociferavam uma verdade inventada pelos epígonos atenienses, a fundação francesa de São Luís, que buscou se inscrever na historiografia maranhense efetivamente como um mito, uma evidência autoexplicativa, que não admite sequer sua historicidade.

Suas pesquisas sobre o tema ganhariam ainda outro capítulo importante com o livro *Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil colonial*, publicado em 2006. Enquanto o trabalho anterior se fixou na visão construída pelos historiadores locais a partir de uma leitura fantasiosa do livro de Claude D’Abbeville, este se voltou para a narrativa atribuída a Diogo de Campos Moreno, *Jornada do Maranhão*, e sua recepção pela crônica portuguesa e pela historiografia regional. O relato do oficial

português é um testemunho da precariedade e da barbárie que marcaram a conquista do Maranhão e a colonização portuguesa no norte do Brasil. Jerônimo de Albuquerque, filho de português com indígena, mestiço enfronhado nas guerras do sertão, com fama de traiçoeiro, expressava o tipo de herói da Jornada descrita no livro de Diogo de Campos Moreno. Um personagem indigesto para uma intelectualidade voltada para construir a identidade regional a partir da mitificação da Atenas Brasileira, e pronta a construir a figura de fidalguia do corsário Daniel de La Touche.

Após a publicação da terceira edição do livro, em 2008, com novos acréscimos e em edição ilustrada com detalhes do tríptico Fundação de São Luís, de Floriano Teixeira, painel fantástico, encomendado pelo governo do Estado, entregue em 1972 e em exposição permanente no salão do Palácio dos Leões, também reproduzido integralmente, em fotos de Edgar Rocha, a professora Maria de Lourdes deixou esse debate de lado. A discussão em si sempre foi pautada por uma incompreensão de seus trabalhos, que apontavam a existência de uma mudança na interpretação dominante, da origem portuguesa para a origem francesa. Os últimos textos publicados no Alternativo, foram O Mito da Fundação de São Luís (02/05/2008), quando comentou os livros então lançados, de Andréa Daher, *O Brasil Francês: as singularidades da França Equinocial (1612-1615)*, e de Vasco Mariz e Lucien Provençal, *A França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612-1615)*, e As Cidades no Brasil Colonial (16/05/2008), onde fala das cidades fundadas por determinação expressa do Reino, como foram os casos de Salvador (característica informal), Rio de Janeiro (regularidade relativa) e São Luís (de início planejado).

O livro de Andréa Daher, um volume extenso sobre a França Equinocial, apoiado na documentação dos franceses, não traz nenhuma referência a cidade, pela razão simples de que não existiam ainda sequer os planos para tal, como chegou a ocorrer no caso dos franceses na baía de Guanabara, pois a referência só aparece e se define materialmente com a execução do projeto de Frias de Mesquita. Este era o entendimento comum e foi modificado, a alteração aconteceu, basta compulsar os livros e constatar, perceber como as fontes são as mesmas, o que nos desloca inevitavelmente para o olhar de quem está estabelecendo uma nova significação à Missa, atribuindo a este ato o momento que deveria ser visto como “o verdadeiro auto de fundação da cidade”. Andréa Daher, em palestras ministradas aqui, disse tratar-se de uma “fundação literária”, sem se dar conta de que era o olhar dos intelectuais locais envolvidos na discussão da identidade que tornava esse ato um símbolo de fundação da cidade, contrariando todos os registros

históricos. Estabelece-se, assim, não uma distinção, mas uma dissociação entre fundação e colonização.

No ano emblemático de 2012, a professora Maria de Lourdes apareceu com seu melhor livro, o caudaloso *São Luís do Maranhão, Corpo e Alma*, um vasto painel histórico e memorialístico da cidade, ricamente ilustrado, com um fundo sentimental e ligeiramente nostálgico, mas sem a exaltação típica da louvação ateniense. É um trabalho admirável, há muito esgotado, que passou por significativa ampliação, concluída em 2019, tornando-se um livro em dois volumes, infelizmente até hoje só disponível em formato de e-book, podendo ser baixado gratuitamente em <https://saoluiscorpoalma.blogspot.com/>

Em 2014, Ana Luiza Ferro lançou um catatau intitulado *1612: Os Papagaios Amarelos na Ilha do Maranhão e a Fundação de São Luís*, com mais de 600 páginas e anunciado com muito estardalhaço e autoglorificações, bem ao estilo dos atenienses locais. A autora, em relato longo e enfadonho, segue as descrições conhecidas e a análise de seus significados, mas, a certa altura, entra o que não estava lá: “O dia 8 de setembro de 1612 marca a condução de uma cerimônia gaulesa de tomada de posse da Ilha do Maranhão, contudo serve igualmente de marco de fundação da cidade de São Luís.” (p. 380).

Serve para quem e por quê? É exatamente o mesmo passo efetuado por Ribeiro do Amaral e seguido por Mário Meireles. O levantamento a que procede entre os autores franceses, por sua vez, localiza alguns posteriores a Ferdinand Denis, indicado nos trabalhos da professora Maria de Lourdes em suas versões contraditórias sobre a fundação de São Luís, aqui omitida. Os mais importantes são Léon Guerin, para quem os franceses lançaram os “fundamentos” tanto do Rio de Janeiro, quanto de São Luís, e Charles de La Roncière, que se referiu a “uma cidade toda de madeira, tal foi Saint-Louis, a capital da França Equinocial” (p. 273). De qualquer forma, ambos escrevem depois de Denis, que estava envolvido numa ampla revisão do papel dos franceses na formação do Brasil, mas não é a referência de Ribeiro do Amaral, que fala simplesmente a partir da sua leitura do livro de Abbeville, retira dali o que lá não está dito e apresenta como algo que era conhecido desde sempre. Em suma, possui a estrutura dos mitos modernos, é “uma fala roubada e restituída”, como diz Roland Barthes, mas que, ao ser trazida de volta, não se encontra mais no mesmo lugar. Para os propósitos ambiciosos alardeados, o livro de Ana Luiza Ferro trouxe resultados pífios para o debate.

Fora dessa discussão sobre fundação, a professora Maria de Lourdes publicou outros livros. Em 2004, já havia lançado uma antiga pesquisa sobre *A Campanha da Produção*, um empreendimento movido pela Associação Comercial do Maranhão, primeiro de forma independente, depois em associação com o poder público estadual, com vistas à melhoria das condições de produção e saúde dos caboclos foreiros e posseiros que sustentavam a produção agrícola do Maranhão. Mais recente, depois do livro maior sobre a cidade, lançou em 2015, *História da Medicina em São Luís: médicos, enfermidades e instituições*, um painel que vai das características da realidade colonial, tempo dos boticários e barbeiros, passa pelos chamados “médicos de família” (clínicos generalistas) entre o final do século XIX e meados do século XX, até a sua substituição pelo trabalho coletivo de especialistas em hospitais.

Em 2021, ainda em plena pandemia da covid-19, lançou *Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios*, um livro alusivo ao tricentenário da devoção à virgem em São Luís, comemorado em 2019. E hoje se encontra na fase de finalização de um livro sobre a Capela do Bom Jesus dos Navegantes, que faz parte do complexo da Igreja de Santo Antonio. No primeiro, ela aliou a pesquisa dos Livro de Tombo da Igreja dos Remédios com memórias de paroquianos, mas, neste último, tudo foi praticamente retirado de dados primários, livros da Irmandade do Bom Jesus, já bastante deteriorados. É um exercício admirável de reconstituição de uma joia esquecida da arquitetura barroca e um resgate da história de uma importante Irmandade civil, feita por uma pesquisadora de 87 anos de idade.

Com vários livros publicados sobre aspectos diferentes da cidade, a professora Maria de Lourdes vai se afirmando como pesquisadora cujos trabalhos abriram outros caminhos para a história de São Luís, que se colocam numa linhagem avessa aos arroubos ufanistas da literatura de louvação ateniense. Sobre isto é possível marcar mesmo algumas diferenças importantes.

Existem os autores que formaram o que ficou conhecido como Atenas Brasileira em meados do século XIX, mas a construção mítica deste epíteto começa logo em seguida, principalmente a partir do *Pantheon Maranhense*, de Antonio Henriques Leal, e foi engrossada com o grupo dos Novos Atenienses, de Antonio Lobo, Ribeiro do Amaral e outros, membros da Academia Maranhense de Letras, fundada em 1908. Esse discurso do Maranhão-Atenas ganha corpo no século XX e tem na obra de Mário Meireles seu ponto alto, principalmente com a conhecida *História do Maranhão*. Na literatura, a obra de Josué Montello será o marco mais importante. É um discurso de exaltação do passado,

das glórias e da decadência que se seguiu, apontando para uma redenção no futuro. Um discurso que se desdobrará na leitura feita pelo grupo da Geração de 45, Sarney à frente, quando o “Maranhão Novo” se apresentará como o reencontro do Maranhão com o desenvolvimento, após a longa noite da decadência.

Esse tipo de discurso sempre foi acompanhado por uma visada mais crítica, que não negava a imagem originária da Atenas, mas criticava duramente o presente. É a visada de um Nascimento Moraes, de Erasmo Dias, de Nauro Machado, cuja poesia está embebida da atmosfera de São Luís, mas numa imagem de putrefação, ou a de um artista plástico como Jesus Santos, em várias telas onde retrata o centro histórico de maneira delirante, em sua exuberância colorida e pervertida. Por fim, existem os antiatenienses, a começar por Frederico José Correa e seu *Um Livro de Crítica*, publicado em 1878 e voltado justamente a desancar o *Pantheon Maranhense* e mostrar a Atenas Brasileira como criação de uma panelinha de intelectuais perdidos em delírios de autocongratulação.

A linha de negação crítica de Frederico Correa, em seu combate direto contra a exaltação ateniense, teria seguidores, mesmo que não o conhecessem, em incômodos textos, raros, mas sempre causando uma forte reação dos escudeiros da Atenas Brasileira. Na esfera universitária, lembro do fundamental *A Ideologia da Decadência*, de Alfredo Wagner, um estudo do início dos anos 1980, que ousou descortinar como uma das imagens centrais acalentadas pelos epígonos atenienses, a da decadência que se seguiu ao rápido auge e que cumpriria resgatar, mostrando que a ideia de decadência era quase onipresente na história do Maranhão, uma ideologia largamente utilizada pelos grupos dominantes. Os trabalhos de Caldeira, por seu lado, ficavam mais na esfera da crítica ateniense, sem a sua negação, mas ele foi um intelectual que disseminou desconfianças quanto a esses arroubos ufanistas vazios. Os livros da professora Maria de Lourdes sobre a fundação de São Luís também se colocam nessa linhagem crítica das imagens idealizadas.

Na atualidade, penso numa figura da importância de Celso Borges, que nos deixou precocemente, mas criou muito e numa linha da fúria, como gostava de frisar. (Cidade dos azulejos / ilha cercada de recalques por todos os lados). Participou de dois emblemáticos momentos antiatenienses, duas revistas, a *Uns & Outros*, da Akademia dos Párias, um grupo de jovens poetas nos anos 80, quase todos universitários, em oposição aos cânones da poesia tradicional ainda vigentes na AML, jogando a linguagem diretamente na rua, nas gírias, na vida, em diálogo com influências variadas, a prosa de Bukowski, a poesia de Leminski, o rock, o reggae e a chamada geração mimeógrafo, da

zona sul do Rio, num esquema de “agora nós vamos invadir sua praia”; e a *Pitomba*, após seu retorno depois de vinte anos em São Paulo, editada em parceria com Bruno Azevedo e Reuben Da Rocha, uma revista definitivamente fora do sério, feita para provocar e avacalhar, com agressiva diagramação, sem periodicidade e conteúdo meio indeterminado, passando pela literatura, as artes, o gibi, o nonsense, e fora dos bairrismos comuns em publicações regionais.

Aliás, frise-se que a própria editora Pitomba!, comandada por Bruno, encarna a veia antiateniense, desde o seu livro de estreia, o fantástico *O Monstro Souza*, onde o centro histórico de São Luís é visitado em seu lado oculto, numa história maluca que tem de tudo, texto, quadrinhos, recortes, cenas noturnas, sexo, delírios, um cachorro-quente *serial killer* e muita imaginação. Obra única e visceral, radicalmente antiateniense. A mesma editora Pitomba! reeditou em 2015 *Um Livro de Crítica*, o “antipantheon” publicado apenas em 1878, e também lançou há dez anos o primeiro disco de Marcos Magah, o incrível *Z de Vingança*, punk-brega, sarro/escarro de um artista que trabalha no avesso, recusa cartilhas, mistura códigos e acaba de jogar na praça o ótimo *O Homem que virou circo*, pela Saravá Discos, de Zeca Baleiro, bota logo Maiakovski no Kabão, aí já viu, né. É uma espécie de mosca na sopa da verborragia insossa das academias e dos cânones do bom mocismo musical. Vive e vomita São Luís, com amor e ódio.

Lembro ainda a figura essencial de Cesar Teixeira, um dos criadores do Laborarte, que em sua fase inicial era também uma vigorosa fonte antiateniense (nos anos 70, porque depois o Laborarte virou outra coisa). Cesar (“o quê que tem se eu como na lata? / O quê que há? / Eu já nasci sem gravata”), um expoente da música popular, autor dos *Testamentos de Judas*, reunidos em livro pela Pitomba!, é também um dos criadores de outra publicação radicalmente antiateniense, o jornal *Vias de Fato*, publicação mensal, que circulou entre 2009 e 2016 e foi coordenado por Emílio Azevedo, atualmente Agência Tambor, uma rádio web, que mantém a mesma pegada crítica e comprometida com movimentos sociais. Dentro da universidade hoje, posso listar meus próprios trabalhos, tanto os artigos que estão nos livros *Guerrilhas e Ruminações*, quanto o *Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão*, mas também os trabalhos de Flávio Soares, de Wagner Cabral e de Henrique Borralho, para ficar nestes. Com certeza, existem outros.

Todos os nomes aqui referidos se chocam de forma vigorosa contra essa idealização da história do Maranhão, que os seguidores da ladainha ateniense, principalmente sua arraia miúda, se jactam tanto de defender e exaltar, sem o menor senso crítico. Na verdade, hoje, mais do que nunca, totalmente voltados para lustrar estes velhos

signos como forma de vender a cultura, pura e simplesmente. São turistas da história, aproveitadores de ocasiões, lacaios dos poderes e dos poderosos, vigilantes cegos e surdos das tradições.

As manifestações da cultura popular estavam fora da construção da identidade tecida pelos que se consideravam herdeiros dos atenienses até o final da década de 1960, quando tem início um processo de ligações criativas entre uma juventude de classe média e personagens e manifestações culturais realizadas em bairros da periferia (Madre Deus, Liberdade) ou no interior da Ilha e adjacências. É o tempo do Laborarte irrompendo na cena cultural, de espetáculos como MaréMemória, e o momento chave também das experiências musicais que modificariam a linha melódica e o sotaque da nossa música popular, a gestação de um estilo que seria depois (auto) rotulado de MPM, aí já sob a ótica mercantil do Sistema Mirante, que comandará essa junção entre a cultura ateniense e a cultura popular. Todos se unem agora sob a égide da valorização do capital, utilizando a linguagem da publicidade e a lógica do turismo.

Para finalizar, o que (não) espanta é o autor da observação extemporânea e infame sobre o que “explica” os importantes trabalhos da professora Maria de Lourdes Lauande Lacroix sobre a fundação de São Luís, ser um membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e membro fundador da Academia Ludovicense de Letras, a prima pobre da AML, ainda muito jovem, mas que já rivaliza na mediocridade laudatória. A velha imagem da Atenas Brasileira, acalentada em suas academias e institutos, sempre foi uma miragem que continua a impedir a visão crítica sobre a nossa história, transformando o Maranhão em objeto de idealização e devoção. E seus seguidores realizam com afínco o vaticínio do padre Antonio Vieira, feito ainda no século XVII, do Maranhão como terra do murmurar, motejar, maldizer, mexericar e sobretudo do mentir, “mentir com as palavras, mentir com as obras, mentir com os pensamentos”.

São Luís, a exemplo de Salvador e do Rio de Janeiro, foi uma cidade que surgiu por decisão da Coroa, seu traçado inicial rigorosamente ortogonal, definido pelo plano do engenheiro-mor do reino, Francisco Frias de Mesquita, nome praticamente ignorado, é exemplo expressivo da regularidade, que constitui sua singularidade perante as outras duas, de estilo mais informal, “mas sem a monótona repetição de quadrículos que se vê nas cidades de colonização hispânica”, como anotou Paulo Santos em sua *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Foram os casarões e seus azulejos e a preservação do traçado original do núcleo da cidade, os trunfos que lhe proporcionaram o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.